

COMISSÃO NACIONAL DA BIODIVERSIDADE - CONABIO

Ata da 58ª Reunião Ordinária

Data: 25 de junho de 2015 **Local:** Anexo do Ministério do Meio Ambiente - Sala CT-01, 1º andar, SEPN 505, lote 2, bloco B,

Duração:
10:00 -18:00 hs

Estiveram presentes os seguintes **membros da Comissão:** a Sra. **Ana Cristina Barros** (Presidente da CONABIO), o Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** (Titular), o Sr. **Lidio Coradin** (Suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; a Sra. **Claudia Maria Correia de Mello** (titular), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; a Sra. **Patrícia Metzler Saraiva** (Titular), o Sr. **Sávio José Barros** (Suplente), representantes do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA; o Sr. **Ivan Furtado** (Suplente), representante do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; a Sra. **Raquel de Oliveira Alves** (Suplente), representante do Ministério do Planejamento – MPOG; a Sra. **Maria Cristina Braga** (Suplente), representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; a Sra. **Clarissa Souza Della Nina** (Titular), representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE; a Sra. **Marcia Chame dos Santos** (Titular), o Sr. **Tell Victor Furtado** (Suplente), representantes do Ministério da Saúde – MS; o Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** (Suplente), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; a Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; a Sra. **Joênia Batista Carvalho** (Suplente), representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; a Sr. **Marcella Santos Mostaert** (Titular), representante do Fórum Brasileiro de ONGs (Ambientalista) – FBOMS; a Sr. **Ivaneide Bandeira** (Titular), representante do Fórum Brasileiro de ONGs (Movimentos Sociais) – FBOMS; o Sr. **José Alberto de Lima Ribeiro** (titular), representante do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. Também estiveram presentes nesta reunião como **convidados:** a Sra. **Patrícia Siqueira de Medeiros**, do Ministério da Defesa – MD; o Sr. **Pedro Salles**, do Serviço Florestal Brasileiro –SFB/MMA; o Sr. **Rogério Magalhães**, o Sr. **Ugo Eichler Vercillo**, a Sra. **Tatiani Elisa Chapla**, a Sra. **Camila Neves Soares de Oliveira**, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente - MMA; a Sra. **Lauren Couto**, Patri Políticas Públicas. **Membro da Secretaria Executiva da CONABIO:** o Sr. **José Luciano Filho**.

61. Abertura da Reunião; 2. Aprovação da pauta; 3. Aprovação das Atas da 57ª Reunião Ordinária, 17ª e 18ª Reuniões Extraordinárias

9Ao 25º dia do mês de junho de 2015, no anexo do Ministério do Meio Ambiente, localizado na SEPN 505, 10Bloco B, Sala CT-01, Brasília– DF realizou-se a 58ª reunião ordinária da CONABIO. O Sr. **Carlos Alberto 11de Mattos Scaramuzza**, presidente em exercício, saudou os participantes e, após uma rodada de 12apresentações, propôs que se iniciasse a discussão sobre a aprovação da pauta da reunião. Ele sugeriu que 13houvesse uma inversão de pauta para que a Secretária de Biodiversidade e Florestas, Ana Cristina Barros, 14pudesse acompanhar os itens da discussão no período da tarde. Não havendo objeção foi dado 15prosseguimento a reunião com a aprovação das atas das reuniões anteriores. Após algumas sugestões, 16correções pontuais e comentários foram aprovadas as Atas da 57ª Reunião Ordinária, 17ª e 18ª Reuniões 17Extraordinárias.

18

19

204. Informes

214.1 Gestão de Espécies Ameaçadas de Extinção

22

23O Sr. **Ugo Eichler Vercillo (SBF/MMA)** apresentou um informe sobre as listas de espécies ameaçadas de
24extinção publicadas pelo MMA em dezembro de 2014. Primeiramente, foi apresentada uma visão geral sobre
25o marco legal referente às espécies ameaçadas de extinção, com destaque para as convenções internacionais
26que tratam do tema (Convenção para Proteção de Flora e Fauna naturais dos países da América, Cites e
27CDB), o artigo 225 da Constituição Federal que veda práticas que levem à extinção da fauna e flora, bem
28como a lei de crimes ambientais, o SNUC e a Política Nacional de Biodiversidade (2002). Em seguida, o Sr.
29**Ugo Eichler Vercillo** explanou sobre o arcabouço estratégico para implementação das listas, que se refere ao
30Programa Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-Espécies, e sobre o
31histórico das listas de espécies ameaçadas no Brasil. A lista de 2003/2005 representou um avanço na
32publicação das listas de espécies ameaçadas no Brasil, pois incorporou uma avaliação metodológica
33internacionalmente estabelecida. Já as listas de 2014 apresentaram um esforço amostral muito maior, os
34grupos taxonômicos foram todos avaliados, houve um processo de revisão e validação das avaliações com a
35participação de centenas de especialistas. Foram apresentadas as categorias de risco de extinção e foram
36abordados exemplos de espécies classificadas em cada categoria. Em seguida, foram apresentadas mudanças
37decorrentes da publicação das listas em 2014. O número de espécies ameaçadas aumentou
38consideravelmente, em grande parte devido ao aumento do número de espécies avaliadas. Destaca-se que
39100% dos vertebrados foram avaliados. Foram apresentados os números referentes às espécies que entraram
40e que saíram da lista, exemplos de espécies nesta situação, bem como os motivos para estas alterações.
41Foram apresentadas também as restrições relativas às espécies ameaçadas de extinção, estabelecidas pelas
42Portarias MMA nº 443, 444 e 445. Da mesma forma, foram apresentadas as normativas publicadas pelo
43MMA com vistas à regulamentação das Portarias. A Instrução Normativa MMA nº 01/2015, tem por
44finalidade regulamentar as restrições aos planos de manejo e de áreas em concessão quanto às espécies da
45flora ameaçadas de extinção. Também foram abordadas as Portarias referentes aos peixes e invertebrados
46aquáticos ameaçados de extinção. A Portaria MMA nº 91/2015 e a nº 163/2015 prorrogaram o prazo para a
47implementação das restrições previstas na Portaria MMA nº 445/2014. A Portaria MMA nº 162/2015
48estabelece Painéis para reavaliação de 31 espécies classificadas como CR e EN. Além disso, a Portaria MMA
49nº 23/2015, cria o Grupo de Trabalho-GT de especialistas com a finalidade de assessorar o Ministério do
50Meio Ambiente nos assuntos relacionados à Portaria nº 445/2014. A primeira reunião do grupo ocorreu nos
51dias 26 e 27 de março, e as ações estão voltadas para reavaliação das espécies e definição de ordenamento
52pesqueiro para espécies vulneráveis. Foi avaliada a necessidade de se integrar as listas estaduais e nacionais,
53bem como a elaboração e implementação dos Planos de Ação, com a finalidade de se ampliar as políticas de
54conservação.

55

56O Sr. **José Alberto de Lima Ribeiro (MONAPE)**, representante de pescadores, observou que muitas
57espécies de peixes que são alvo de pesca estão ameaçadas por outros motivos, como a perda e degradação de
58manguezais e apicuns. Afirmou que não é contra o estabelecimento de listas de peixes ameaçados de
59extinção, porém relatou um desconforto com relação à publicação da Portaria nº 445/2015. Mesmo que o
60processo de atualização das listas de espécies ameaçadas de extinção tenha passado pela CONABIO, faltou
61uma conversa quando a Portaria estava pronta, principalmente na questão dos prazos.

62

63A Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo (FBOMS)** questionou se de fato 100% dos vertebrados foram avaliados,
64pois no que se refere às Terras Indígenas, nunca houve um levantamento da fauna. Defendeu que a pesquisa
65em Terras Indígenas deveria ser promovida e incentivada e sugeriu que isto poderia acontecer no âmbito dos
66PGTAs (Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas). Além disso, perguntou como seria a
67integração entre a união, estados e municípios no processo de recuperação das espécies ameaçadas.

68

69A Sra. **Joênia Batista Carvalho (COIAB)** ressaltou a complexidade em relação a pesquisas em Terras
70Indígenas, pois estas seguem um regime jurídico próprio e dependem da autorização das comunidades.
71Sugeriu que esta questão poderia ser trabalhada no âmbito dos PGTAs com o envolvimento das

72comunidades, inclusive com a valorização do conhecimento indígena. Questionou sobre a proteção das
73espécies ameaçadas de extinção em regiões de fronteira, a exemplo dos peixes na fronteira entre Brasil e
74Guiana. Por fim, perguntou sobre a possibilidade de se elaborar Instruções Normativas a fim de esclarecer
75conflitos de sobreposição de Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

76

77O Sr. **Ugo Eichler Vercillo (SBF/MMA)** explicou que a Portaria MMA nº 445/2014 estabelecia um prazo de
78180 dias para o início das restrições e se previa como tempo suficiente. Ressaltou que o MMA tem aprendido
79neste processo e está muito integrado com a Monape, Confrem e outros movimentos. O objetivo é detalhar as
80normativas e os procedimentos para ordenamento pesqueiro, visando não só a proteção das espécies, mas a
81garantia do direito de acesso aos peixes para os pescadores. Com relação ao questionamento sobre os 100%,
82foi esclarecido que são 100% das espécies de vertebrados descritas para o Brasil. Isso não quer dizer que
83100% da biodiversidade brasileira, ou que 100% da área de distribuição dessas espécies foi objeto de estudo.
84Foram utilizadas estatísticas que permitem inferências a partir dos dados coletados. Com relação às terras
85indígenas, foi esclarecido que o MMA tem total interesse em aumentar o conhecimento dessas áreas. O Sr.
86**Ugo Eichler Vercillo** esclareceu ainda que são cientistas brasileiros que realizam a pesquisa, a partir do
87trabalho realizado pelo MCTI de fomento à pesquisa no Brasil, com editais de pesquisa e mecanismos de
88fomento que permitem a ampliação da geração de conhecimento sobre a biodiversidade brasileira. Com
89relação à questão de sobreposição de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, bem como a questão da
90proteção de espécies em fronteiras, foi esclarecido que estes temas não são de sua responsabilidade, mas que
91poderiam ser tratados em outros momentos.

92

93O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** explicou sobre o enorme desafio de
94implementação das Unidades de Conservação brasileiras, desde a regularização fundiária até a eliminação
95das sobreposições. Tanto o Departamento de Áreas Protegidas da SBF quanto o ICMBio, certamente estão
96atentos a esse problema e trabalhando nas questões relacionadas à regularização fundiária. Aproveitando a
97presença da representante do MCTI, Maria Cristina, sugeriu a elaboração de editais específicos para a gestão
98das espécies ameaçadas, que poderiam contribuir com a implementação dos planos de ação e a melhoria do
99estado de conservação das espécies.

100

101O Sr. **Ugo Eichler Vercillo (SBF/MMA)** esclareceu que a estratégia desenvolvida pelo Ministério do Meio
102Ambiente para proteção e conservação das espécies brasileiras, é baseada na identificação das espécies
103ameaçadas e na definição de prioridades para a atuação. Também existe todo um trabalho de implementação
104de medidas que visam à conservação, definidas por meio dos Planos de Ação. Os Planos de Ação são
105processos participativos que envolvem, além do Governo, a Sociedade Civil. Esses planos apontam medidas
106que vão desde a recuperação de áreas degradadas, que são importantes para a reprodução de animais, como
107também o combate às principais ameaças, que vão desde o tráfico de espécies silvestres, ou a caça. O desafio
108é integrar o processo de identificação das espécies ameaçadas com a recuperação de áreas de Reserva Legal.
109É necessário buscar mecanismos para integrar essas ações, tanto a conservação como o desenvolvimento do
110País. Para isso, é essencial a integração com os Estados e Municípios, pois a alteração do habitat ou
111exploração da espécie é realizada localmente. É importante que tenhamos os atores econômicos e sociais
112envolvidos nesse processo, para juntos buscarmos uma solução que leve à conservação, garantindo o
113desenvolvimento econômico e social.

114

115O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (MMA)** explicou que foram desenvolvidos dois filmes sobre
116os Planos de Ação, um sobre o lobo-guará e o outro sobre o pato-mergulhão. Ficou acordado que o Sr. **José**
117**Luciano Filho (DCBio/SBF)** enviaria os links dos filmes para os membros da CONABIO.

118

119O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho (CNA)** questionou sobre a ausência de representação de
120pescadores profissionais (leia-se industriais) no Grupo de Trabalho criado para tratar as espécies de peixes
121ameaçadas de extinção. Questionou também sobre a metodologia da IUCN utilizada para a classificação das

122espécies em categorias de risco de extinção, e sugeriu que houvesse uma apresentação na CONABIO
123abordando esta metodologia. Além disso, questionou sobre o fato da avaliação não ter abrangido 100% do
124território brasileiro. Demonstrou preocupação quanto às espécies incluídas na lista nacional que poderiam
125não estar ameaçadas em um determinado Estado. Relatou conversas com pesquisadores da Embrapa e do
126Ministério da Pesca que questionam a avaliação do estado de conservação de espécies realizado pelo
127ICMBio e pelo JBRJ. Questionou sobre uma possível incompatibilidade entre o Art. 27 da Lei nº
12812.651/2012, que dispõe sobre medidas compensatórias e mitigatórias quando da presença de espécies
129ameaçadas de extinção em áreas de supressão florestal, com a lista das espécies da flora ameaçadas de
130extinção que protege integralmente as espécies listadas. Questionou também sobre a falta de comunicação
131quanto à publicação das listas. Reclamou que as Listas de Espécies Ameaçadas de Extinção publicadas pelo
132MMA estão tirando direitos do setor agropecuário e mencionou que a Frente Parlamentar da Agropecuária –
133FPA entrou com um projeto de Decreto Legislativo para sustar as três portarias. Afirmou que as Portarias
134deveriam ter sido melhor discutidas com os setores empresarial e agropecuário. Mencionou que a Embrapa
135está fazendo uma nova pesquisa para reavaliar o estado de conservação da flora. Por fim, expôs sua
136dificuldade de encontrar a página da CONABIO no portal do MMA.

137

138O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (MMA)** solicitou ao Sr. **José Luciano Filho (DCBio/SBF)**
139que enviasse os links da página da CONABIO para todos os membros.

140

141A Sra. **Marcia Chame (MS)** parabenizou o esforço e a qualidade do trabalho desenvolvido pelo ICMBio no
142processo das listas de espécies ameaçadas de extinção. Lembrou que já houve algumas apresentações sobre o
143processo de avaliação do estado de conservação das espécies na CONABIO. Sugeriu que os setores
144interessados devem se apropriar da metodologia por meio de literaturas nacionais e internacionais.
145Mencionou o grande número de pesquisadores de relevância internacional que participaram das avaliações e
146aporte de recursos feito pelo país para viabilizar a avaliação. Ressaltou a importância da pesquisa científica
147para o desenvolvimento do país. Observou que nenhuma pesquisa poderia levantar o território inteiro do
148Brasil e que o mundo trabalha com inferências estatísticas. Afirmou que o processo de avaliação das espécies
149está em constante desenvolvimento com muitas lições aprendidas. Chamou a atenção para o desafio de se
150tirar espécies da lista e da importância da biodiversidade como recurso para o desenvolvimento do país no
151longo prazo. Informou que o Sistema de Informação de Saúde Silvestre –SISS-GEO está recebendo aportes
152de informações importantes sobre a fauna. As informações estão disponibilizadas no SiBBR, porém seria
153importante disponibilizar estas informações para os técnicos que trabalham na ponta. Colocou como
154necessária a integração do processo de conservação das espécies ameaçadas de extinção com as boas práticas
155na saúde. Os Planos de Ação devem incorporar esta questão de modo a encontrar sinergias.

156

157O Sr. **Ugo Eichler Vercillo (SBF/MMA)** agradeceu e parabenizou a Sr. **Márcia Chame (MS)** pelo Projeto
158SISS-GEO, que foi finalista do Prêmio Nacional de Biodiversidade na categoria Órgãos Públicos. Afirmou
159que a geração de dados e a implementação de ferramentas de integração são chaves para atuação em um país
160continental e se colocou à disposição para realizar um debate mais técnico e operacional para integrar as
161informações sobre a saúde silvestre na conservação da biodiversidade. Também se colocou à disposição para
162apresentar a metodologia da avaliação do estado de conservação das espécies na CNA, e chamou a atenção
163para o amplo conhecimento e utilização da metodologia no mundo todo. Afirmou que os pesquisadores que
164participaram da avaliação receberam um convite informando que o processo subsidiaria a atualização da lista
165das espécies ameaçadas de Extinção. Explicou que o processo de avaliação é um debate científico com
166análises e conclusões e que é natural no processo da ciência a utilização de ferramentas estatísticas. Lembrou
167que a primeira lista de espécies ameaçadas de extinção foi publicada em 1968, portanto não é novidade a
168questão das restrições. Explicou que as proibições relativas às espécies ameaçadas estão dispostas em lei e as
169listas apenas apontam quais são as espécies. O Art. 27 da Lei nº 12.651/2012 cita a lista oficial publicada
170pelos órgãos federal ou estadual ou municipal do Sisnama, desta forma o MMA tem a responsabilidade de
171publicar as listas nacionais.

172

173O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** observou que as OEMAs, às vezes, tem
174entendimentos diversos e que o MMA está trabalhando na promoção de uma uniformização desse
175entendimento quanto ao Art. 27.

176

177O Sr. **Ugo Eichler Vercillo (SBF/MMA)** explicou que o MMA não teve condições de realizar uma
178divulgação mais ampla sobre a publicação das listas das espécies ameaçadas de extinção, por isso a Portaria
179nº 445/2015 estabeleceu um prazo de 180 dias para a proibição da pesca entrar em vigor. Esclareceu que
180após a publicação das listas buscou-se fazer um trabalho de comunicação, com o envolvimento e
181participação, em fóruns e debates, das universidades, pesquisadores, pescadores artesanais e industriais.
182Além disso, o MMA e o MPA estabeleceram Grupos de Trabalho, com a participação de pescadores para
183discutir o tema.

184

185A Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo (FBOMS)** esclareceu seu questionamento sobre os 100% dos
186vertebrados avaliados. A publicação de uma lista de espécies ameaçadas é de extrema importância, porém
187deve-se ter cuidado na comunicação, respeitando-se os diversos públicos, que incluem pescadores e
188trabalhadores rurais. Por fim, defendeu um maior aporte de recursos para a pesquisa sobre a biodiversidade.

189

190O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho (CNA)** esclareceu seu questionamento sobre a avaliação do
191estado de conservação das espécies, o qual se refere à metodologia utilizada. Relatou que este
192questionamento também surgiu em reuniões da FPA. Voltou a relatar a posição de pesquisadores da
193Embrapa, que questionam a avaliação do estado de conservação das espécies realizada pelo ICMBio e JBRJ.
194Externou novamente sua preocupação da lista nacional poder prejudicar algum estado em que determinada
195espécie, incluída na lista nacional, não está ameaçada. Se comprometeu a convidar o Sr. **Ugo Eichler**
196**Vercillo (SBF/MMA)** para uma apresentação da metodologia na CNA. Por fim, perguntou sobre a situação
197da Portaria MMA nº445/2015, que estaria suspensa por decisão da justiça federal. O motivo seria a falta de
198participação do MPA na elaboração da lista.

199

200O Sr. **Ugo Eichler Vercillo (SBF/MMA)** explicou novamente que os 100% se referem às espécies de
201vertebrados conhecidas que foram avaliadas. Esclareceu que as diferentes situações de cada região são
202consideradas no processo de avaliação. A avaliação nacional se refere à situação da espécie no país inteiro.
203Desta forma, caso uma espécie esteja em boa situação em algum estado deve-se cuidar destas populações
204para proteger a espécie como um todo. Demonstrou preocupação em melhorar a regionalização da lista e a
205participação de estados e municípios. Por fim, esclareceu sobre a decisão do Desembargador da 1ª Região do
206TRF que sustou a Portaria MMA nº 445/2015. A Confederação Nacional dos Pescadores Artesanais - CNPA
207entrou com uma ação na justiça para sustar a Portaria 445, a qual foi indeferida. O argumento usado pela
208CNPA foi que a aplicação de uma lista de espécies ameaçadas de extinção é um ordenamento pesqueiro, ou
209seja, deve ser realizado em conjunto entre o MMA e o MPA. A CNPA recorreu e o Desembargador acatou o
210pedido tendo em vista a eminência de entrada em vigor da Portaria e o risco para os pescadores. Entretanto, o
211Desembargador tomou a decisão sem consultar o Ministério do Meio Ambiente. A AGU está recorrendo e se
212manifestou sobre a legitimidade da portaria, uma vez que cabe ao Ministério do Meio Ambiente definir quais
213espécies são passíveis de uso. Apenas as espécies definidas como passíveis de uso são objeto do
214ordenamento pesqueiro, o qual é realizado conjuntamente entre o MMA e MPA.

215

216O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** falou sobre a importância da atualização das
217listas de espécies ameaçadas de extinção e do Programa Pró-Espécies, que representa o arcabouço para tratar
218do tema. Explicou que se trata de um sistema novo, onde o aporte de informações sobre a distribuição das
219espécies e das ameaças é dinâmico o que possibilitará atualizações da lista com maior frequência. Informou
220sobre a pesquisa do barômetro da biodiversidade que revelou que a sociedade brasileira é a mais preocupada
221com a biodiversidade no mundo inteiro. Desta forma, é essencial garantir a conservação das espécies

222ameaçadas de extinção e o Pró-Espécies é um instrumento que está contribuindo efetivamente para isso.

223

224A Sra. **Claudia Maria Correia de Mello (IBAMA)** sugeriu para quem estiver com dúvidas quanto a
225metodologia da IUCN que realizasse uma pesquisa simples na internet. Existem muitas informações
226disponíveis sobre o assunto. Observou também que além das Unidades de Conservação, existe o manejo
227sustentável, que dá a possibilidade de explorar a floresta sem prejudicar a espécie.

228

229A Sra. **Marcia Chame (MS)** observou que a população brasileira vem se preocupando com a questão da
230conservação da biodiversidade e da sustentabilidade. Explicou que a abundância de uma espécie em
231determinado local não é garantia de que a espécie esteja conservada, pois a diversidade genética pode ser
232muito pobre o que aumenta o risco da espécie ser extinta. É necessário fortalecer a questão da comunicação.
233Trata-se de um processo de educação e de empoderamento. Estes conceitos poderiam ser trabalhados na
234escola. Um desafio atual é compatibilizar os interesses de curto e longo prazos, de modo a garantir a
235melhoria das espécies e o desenvolvimento do país.

236

237

2384.2 Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)

239

240O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** apresentou um informe sobre a Plataforma
241Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). Trata-se de um painel
242intergovernamental independente, criado em abril de 2012, e que está aberto a todos os países-membros das
243Nações Unidas. Tem como objetivo avaliar o estado da biodiversidade do planeta, seus ecossistemas e os
244serviços essenciais que prestam à sociedade. Este painel guarda relação com o Painel Intergovernamental de
245Mudanças Climáticas (IPCC), ligado à Convenção Quadro de Mudança Climática. Esta plataforma pretende
246sintetizar, revisar e avaliar criticamente as informações e os conhecimentos relevantes em todo o mundo,
247gerados por governos, universidades, organizações científicas, ONGs, comunidades indígenas, bem como
248promover o diálogo em relação à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e os serviços
249ecossistêmicos. Apresentou o cronograma das reuniões internacionais e esclareceu que o ponto focal no
250Brasil é a Divisão do Meio Ambiente – DEMA/MRE. Apresentou o modelo conceitual da plataforma que
251representa um esforço de mostrar como diferentes formas de conhecimento podem se integrar para essa
252questão da biodiversidade. Apresentou o Plano de Trabalho para 2014-2018, que prevê uma série de
253avaliações globais e avaliações regionais. Mencionou os temas que estão sendo trabalhados: polinização,
254degradação das terras e restauração, espécies exóticas invasoras e uso sustentável e conservação da
255biodiversidade. Convidou os membros da CONABIO para que tomassem conhecimento desse processo e
256sobre as formas de participação. Mencionou o catálogo de estudos, onde já foram adicionados 215 estudos
257predominantemente sobre ecossistemas. Também apresentou a situação do IPBES no Brasil, bem como
258sugestões para a melhoria do acompanhamento do processo e engajamento da comunidade científica e alguns
259ministérios chave, como o MCTI. Sugeriu a constituição de uma rede de assessoramento, por meio da
260criação de um Grupo Interministerial. Por fim, propôs a criação de um grupo de trabalho para elaborar um
261capítulo brasileiro do relatório para a América do Sul e a criação de uma plataforma brasileira de instituições,
262que funcionaria como um *technical support group* de apoio ao IPBES.

263

264A Sra. **Joênia Batista Carvalho (COIAB)** defendeu a maior participação e protagonismo dos povos
265indígenas nas estratégias de conservação da biodiversidade, a exemplo do IPBES. Deve-se dar mais valor ao
266conhecimento indígena e à contribuição das terras indígenas para a conservação da biodiversidade, visto que
267estas ocupam 13% do território nacional. Defendeu a CONABIO como um espaço para a discussão e
268encaminhamento de temas como o manejo da terra e o uso sustentável da biodiversidade pelos indígenas.

269

270O Sr. **Sávio José Barros de Mendonça (MAPA)** questionou se o IPBES, além de tratar de serviços
271ecossistêmicos, poderia tratar também de serviços ambientais. Defendeu a importância de se incluir os

272serviços ambientais, que é uma abordagem amplificada, pois insere o ser humano no processo. Explicou que
273os serviços ambientais dependem da adoção de práticas sustentáveis pelas populações humanas, como o
274manejo florestal, trazendo benefícios para o meio ambiente.

275

276A Sra. **Marcia Chame (MS)** mencionou que gostaria de entender melhor o Plano de Trabalho do IPBES no
277Brasil, como seria o engajamento de outros setores no processo. Deve-se incorporar a parte técnica de outros
278setores, como a saúde. Observou que este processo estaria alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento
279do Milênio. Defendeu o engajamento e o empoderamento da CONABIO neste processo, para que a comissão
280retome seu papel protagonista nas estratégias de conservação da biodiversidade.

281

282O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** esclareceu que o modelo conceitual apresentado
283incorpora outras formas de conhecimento, inclusive das sociedades indígenas. Observou que é necessário
284engajar os povos indígenas e seus representantes brasileiros no processo por meio de formas de participação
285coerentes com o modelo conceitual adotado pelo IPBS. Afirmou que o processo do IPBS no Brasil ainda está
286em construção e que poderia ser uma oportunidade para a CONABIO retomar seu papel mais efetivo neste
287assunto. Esclareceu que o modelo conceitual do IPBS aborda o conceito de serviços ecossistêmicos de forma
288mais ampla, englobando os serviços ambientais. Defendeu que se dê atenção para a agenda de oportunidades,
289além da agenda de risco. Defendeu o engajamento dos diferentes setores e ministérios na construção e
290participação no processo com um olhar de tomada de decisão e desenvolvimento de políticas públicas. É
291necessário mobilizar os pesquisadores brasileiros, bem como envolver a COIAB no processo.

292

293O Sr. **José Alberto de Lima Ribeiro (MONAPE)** expressou o desejo dos pescadores de alcançar um
294desenvolvimento equilibrado, ambiental e socialmente. Defendeu o papel das Unidades de Conservação de
295Uso Sustentável, a exemplo de Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e APAs na
296promoção da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento socioeconômico no país. Mencionou o
297pequeno número de UCs criadas nos últimos anos, em sua maioria de proteção integral. Tendo em vista as
298Metas Nacionais de Biodiversidade aprovadas na CONABIO deve se dar prioridade para a criação de UCs
299de Uso Sustentável em ambientes marinho-costeiros, de forma a valorizar o papel de pescadores na
300conservação da biodiversidade.

301

302A Sra. **Clarissa Souza Della Nina (MME)** esclareceu que a apresentação do IPBES na CONABIO tem
303como objetivo engajar a Comissão no processo de forma a aumentar as contribuições dos diversos órgãos e
304das diversas comunidades representadas. É necessário conseguir o maior número de aporte de conhecimento
305antes da plenária do IPBES, pois existem limites de até onde o Brasil conseguirá influenciar o processo. É
306necessária a criação do fórum de coordenação proposto para viabilizar os aportes dos diferentes setores.

307

308A Sra. **Márcia Chame (MS)** questionou como seria a forma de contribuição da CONABIO no processo, pois
309até o momento não houve consulta ao MS para essa participação. Defendeu a importância da contribuição do
310Brasil quanto à questão da saúde. Observou que a CDB publicou recentemente um volume sobre
311biodiversidade e saúde e que seria uma oportunidade importante incluir esta questão no IPBES de forma
312mais ampla, pensando no bem-estar e qualidade de vida.

313

314O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** esclareceu que o MCTI tem liderado o processo
315de participação, por meio da divulgação de chamadas para redes de pesquisadores. Explicou que o trabalho é
316realizado, em grande parte, pelos cientistas. Porém, deve-se integrar as informações dos diferentes setores
317para que o Brasil possa construir um posicionamento e discutir com outros países. Concordeu que a área da
318saúde no Brasil teria muito a contribuir para esse esforço mundial. Sugeriu que se formasse um grupo
319informal para elaborar um texto que sintetize o estágio do processo e as possibilidades de coordenação e
320participação. Futuramente a CONABIO poderia aprovar uma Resolução ou Deliberação a partir deste texto.

321

322

3234.3 **Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Ação (NBSAP)**

324

325A Sra. **Camila Neves Soares de Oliveira (SBF/MMA)** apresentou um informe sobre a atualização da
326Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Ação - EPANB (em inglês NBSAP). Explicou que a
327EPANB é a principal ferramenta de implementação da CDB, e deve ser um instrumento integrado,
328multisetorial e participativo para se planejar a biodiversidade em nível nacional. Trata-se de um documento
329único de referência que descreve a estratégia de forma clara, com uma visão de longo prazo. Explicou que a
330EPANB deve ser um documento dinâmico e que deve contar com uma estratégia de monitoramento,
331avaliação e revisão contínua. Neste processo de atualização espera-se um envolvimento de todos os setores,
332Governo, setor privado e sociedade civil para que a biodiversidade possa ser integrada em planos, programas
333e políticas setoriais ou multi-setoriais, bem como incorporar elementos no planejamento e atividades de
334todos os setores cujas ações possam ter consequências (positivas ou negativas) para a biodiversidade.
335Informou sobre o histórico de construção da EPANB, que inclui a iniciativa Diálogos sobre a Biodiversidade
336(2011), a aprovação das Metas Nacionais de Biodiversidade pela CONABIO (2013), e a elaboração dos
337Subsídios para um Plano de Ação e para o PPA 2016-2019. A estratégia também inclui a construção de
338indicadores para monitoramento do alcance das metas, trabalho que vem sendo desenvolvido por meio de
339oficinas coordenadas pelo PainelBio, que é uma plataforma colaborativa inter-sectorial para alcance das
340Metas Nacionais de Biodiversidade. Os próximos passos se referem a uma revisão do trabalho realizado para
341os indicadores, de modo a sistematizá-los para uma posterior aprovação pela CONABIO. Por fim apresentou
342a estrutura proposta para o documento da EPANB e o cronograma das próximas atividades. A ideia é entregar
343o documento para a CDB até o final de 2015.

344

345Após a apresentação da Sra. **Camila Neves Soares de Oliveira (SBF/MMA)**, a Sra. **Ana Cristina Barros**
346**(SBF/MMA), presidente da CONABIO** e Secretária de Biodiversidade e Florestas do MMA, fez uma
347intervenção na reunião apresentando-se. Se desculpou por não poder continuar na reunião, por problemas de
348agenda. Assumiu o compromisso de trabalhar para a valorização e fortalecimento da CONABIO. Em
349seguida, o Sr. **Lidio Coradin (SBF/MMA)** abriu espaço para perguntas em relação à apresentação efetuada
350pela Sra. Camila N. S. de Oliveira.

351

352Após questionamentos quanto ao cronograma realizados pela Sra. **Marcia Chame (MS)** e pela Sra. **Raquel**
353**de Oliveira Alves (MPOG)**, o Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** esclareceu que o
354documento deve ser discutido e aprovado pela CONABIO, se for necessário será marcada uma reunião
355extraordinária da CONABIO para análise dos indicadores. Ele explicou que gostaria de enviar o documento
356com bastante antecedência para que os membros possam fazer a análise e contribuir para o documento.

357

358A Sra. **Marcia Chame (MS)** sugeriu que o MMA enviasse já a versão preliminar do documento para a
359CONABIO, para que os membros discutirem e aprimorem este documento, de modo que se possa avançar,
360ter maiores contribuições e mais facilidade na aprovação. Além disso, lembrou que a primeira estratégia foi
361construída pela CONABIO e julgou como compromisso desta comissão contribuir ativamente para a
362atualização e consolidação da EPANB.

363

364O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** concordou em envolver a CONABIO na
365construção do EPANB em fases anteriores para que o documento possa contemplar as contribuições e
366expectativas dos membros. Informou que primeiro será enviado o documento preliminar dos indicadores e a
367EPANB será avaliada posteriormente. Esclareceu que um diferencial desta EPANB com relação à anterior se
368refere à adoção do modelo da CDB. A adoção de um padrão facilita a questão da comunicação com a CDB
369quanto ao acompanhamento das metas.

370

371A Sra. **Joênia Batista Carvalho (Coiab)** questionou se os documentos seriam analisados pela CONABIO

372antes ou depois da consulta pública prevista.

373

374O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** esclareceu que a consulta pública será antes da
375análise da CONABIO e afirmou a importância da participação da CONABIO quanto ao cronograma.

376

377Em seguida o Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** sugeriu que se passasse para os
378temas de discussão: implementação do SICAR e PLANAVEG.

379

380

3815. Discussão

3825.1 Implementação do SICAR e o seu potencial como instrumento de conservação da biodiversidade

383

384O Sr. **Pedro Salles (SFB/MMA)** apresentou um balanço da implementação do Cadastro Ambiental Rural
385-CAR. O balanço se refere ao mês de maio/2015. O CAR foi criado pela Lei nº 12.651/2012, que estabelece
386para os Estados a obrigação de receber as inscrições, as informações mínimas, a obrigação de mapeamento
387dos remanescentes de vegetação nativa e a delimitação das áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação
388Permanente em imóveis rurais. Explicou o processo de regulamentação promovido pelo MMA, que envolveu
389a publicação de uma série de Decretos e Instruções Normativas. Explicou o funcionamento do Sistema
390Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Sicar, bem como os módulos que estão sendo implementados para
391garantir a integração com os sistemas estaduais e a disponibilização de demonstrativos para consulta pública
392sobre a situação dos cadastros, bem como permitir a regularização ambiental ou a negociação dos ativos
393florestais por parte do proprietário. Apresentou as fases da implementação do cadastro, que incluem a
394regulamentação, capacitação, negociação com os Estados, desenvolvimento de ferramentas e a negociação
395para o compartilhamento dos dados. Apresentou os resultados do cadastramento até maio/2015. Explicou que
396foram 212 milhões de hectares de área total cadastrada, o que equivale a 54% da área a ser cadastrada.
397Apresentou o perfil das propriedades cadastradas, as informações declaradas, a exemplo da porcentagem de
398remanescentes de vegetação nativa nas áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, bem
399como as áreas passíveis de recuperação. Apresentou a área cadastrada em cada região, sendo que a Região
400Norte é aquela com maior porcentagem de área cadastrada e a Região Sul com a menor. Explicou sobre a
401situação dos Estados que, em sua maioria estão, 100% integrados no Sicar. Apenas oito estados estão em fase
402de integração com diferentes situações. Informou que a análise é baseada no Censo Agropecuário 2006 do
403IBGE, salvo alguns estados que calcularam por conta própria a área passível de cadastro. Mostrou uma
404sobreposição das UCs e Terras Indígenas com a localização dos cadastros (incluindo as áreas de vegetação
405nativa, reserva legal e áreas de preservação permanente), de modo a explorar como o arranjo de áreas
406públicas e privadas pode contribuir para a conservação da biodiversidade. Apresentou um comparativo dos
407municípios com maior produção agrícola e a porcentagem de cadastramento no CAR. Comentou sobre as
408capacitações realizadas, que contemplaram mais de nove mil técnicos com cursos presenciais e mais 31 mil
409pessoas com cursos à distância. Por fim, apresentou os próximos passos para a implementação do cadastro,
410no que tange a consolidação do SICAR, formulação e execução de políticas públicas (combate ao
411desmatamento, harmonização da produção agrícola e conservação, pagamento por serviços ambientais,
412estratégia para conservação, a recuperação de áreas prioritárias, formação de corredores ecológicos,
413ampliação das áreas protegidas e o projeto do Inventário Florestal Nacional), implementação do Programa de
414Regularização Ambiental – PRA e das Cotas de Reserva Ambiental – CRA.

415

416O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** orientou que o foco da discussão fosse analisar
417o SiCAR do ponto de vista da biodiversidade. Falou da importância do CAR para o ordenamento territorial,
418conservação da biodiversidade e gestão de paisagens. Observou que os dados do balanço apresentado
419fornecem elementos a respeito dos passivos e ativos da vegetação, com relação à porcentagem de vegetação
420nativa em APPs e Reservas Legais. Falou das funcionalidades do SICAR para orientar os produtores a
421delimitarem a Reserva Legal de forma que favoreça a conectividade da paisagem. Lembrou que, por decisão

422do Supremo Tribunal Federal (STF), os Estados do Sudeste devem estabelecer metas de restauração florestal
423para as áreas de preservação permanente, acima das faixas definidas no novo Código Florestal. Falou sobre o
424potencial do SICAR como ferramenta para maximizar os ganhos em termos de biodiversidade, tendo em
425vista a possibilidade de orientar a proteção e recuperação da vegetação nativa de forma a favorecer a
426conectividade e em áreas prioritárias para recarga de aquíferos, por exemplo. Falou sobre o desenvolvimento
427de módulos e aplicativos que permitam este tipo de análise. Comentou sobre a importância das estimativas
428de passivo de recuperação para o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PLANAVEG.

429

430O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho (CNA)** questionou se a porcentagem de imóveis cadastrados
431com até 100 hectares, ou quatro módulos fiscais, se refere à quantidade total de propriedades ou somente as
432cadastradas. Perguntou também se a porcentagem de Reserva Legal sem vegetação nativa apresentada
433considera a APP em escadinha. Observou que o Estado de São Paulo não está integrado a APP e Reserva
434Legal. Questionou como anda o processo para integrar o Estado do Mato Grosso do Sul no SICAR.

435

436O Sr. **Pedro Salles (SFB/MMA)** esclareceu que a porcentagem de imóveis cadastrados com até 100
437hectares, ou quatro módulos fiscais se refere à quantidade de propriedades cadastradas. Explicou que a
438porcentagem de Reserva Legal sem vegetação nativa apresentada não considera a APP em escadinha, porém
439esta informação está presente no SICAR e será utilizada para calcular a estimativa da área a ser recuperada,
440conforme as regras de cada imóvel. Informou que não tiveram problemas de integração com São Paulo,
441apenas uma falha na transmissão dos dados, mas que será resolvida no próximo boletim trimestral.
442Esclareceu que o Serviço Florestal está negociando com o Estado do Mato Grosso do Sul para viabilizar a
443integração do sistema estadual com o SICAR, informou que o cadastramento está ocorrendo no Estado e
444solicitou apoio da CNA para resolver a questão junto ao estado.

445

446O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho (CNA)** se colocou à disposição para colaborar no processo de
447integração do Estado do Mato Grosso do Sul no SICAR. Expôs sua preocupação quanto aos prazos, caso
448haja dificuldade na integração do Estado do Mato Grosso do Sul no SICAR, o que poderia prejudicar os
449produtores.

450

451O Sr. **Pedro Salles (SFB/MMA)** esclareceu que não acredita nesta possibilidade, se o produtor procurou o
452estado dentro do prazo e realizou o cadastro não haveria problemas.

453

454O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** perguntou sobre a opinião do Sr. **João Carlos**
455**de Petribu de Carli Filho (CNA)** quanto à dificuldade de integração com o Estado do Mato Grosso do Sul
456no SICAR.

457

458O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho (CNA)** mencionou que o Estado possui legislação própria,
459com algumas diferenças em relação à legislação federal e desenvolveu um sistema próprio, que não é
460compatível com o SICAR.

461

462O Sr. **Pedro Salles (SFB/MMA)** esclareceu que o Serviço Florestal Brasileiro está realizando uma série de
463treinamentos sobre o SICAR com o SENAR do Mato Grosso do Sul e observou que a CNA tem colaborado
464com os agricultores para viabilizar o cadastramento. Observou ainda que a tendência é uma aproximação e
465posterior integração do Estado no SICAR.

466

467O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho (CNA)** perguntou também sobre a fonte da área passível de
468cadastro, pois no Distrito Federal já passou de 100% e ainda existem propriedades para serem cadastradas.
469Explicou que no DF existe uma particularidade, que são as áreas de concessão de terras públicas para
470produção rural e perguntou se o SICAR previa esta modalidade de posse da terra.

471

472O Sr. **Pedro Salles (SFB/MMA)** esclareceu que a fonte utilizada para a estimativa de área passível de
473cadastro possui alguns erros, devido ao conceito de estabelecimento agropecuário e imóvel rural adotado no
474CAR. Explicou que havendo uma declaração de ocupação da terra o produtor não seria penalizado. Explicou
475que quanto aos conflitos fundiários, os mesmos serão resolvidos em outra esfera e não dentro da análise de
476regularidade do CAR.

477

478O Sr. **Sávio José Barros de Mendonça (MAPA)** questionou o uso do CAR para subsidiar a ampliação de
479áreas protegidas, pois o Brasil é o país com o maior número de Unidades de Conservação, as quais, em sua
480grande maioria, carecem de uma implementação adequada. Observou que as áreas de APP e Reserva Legal
481são uma importante contribuição para a consolidação de um sistema de áreas protegidas. Perguntou sobre a
482situação do Estado do Pará, onde se concentram grandes problemas agrários.

483

484A Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo (FBOMS)** perguntou qual seria a porcentagem de áreas cadastradas no
485entorno de UC e Terras Indígenas e se o cadastro no CAR poderia ser utilizado para fins de comprovação de
486posse da terra.

487

488A Sra. **Marcia Chame (MS)** perguntou se os dados e informações do CAR serão disponibilizados. Falou da
489importância dessas informações para correlacionar com informações de outras áreas, a exemplo da
490emergência de Zoonoses.

491

492O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** esclareceu que o Brasil precisa criar mais áreas
493protegidas, para garantir a representatividade dos ecossistemas e para cumprir as Metas Nacionais de
494Biodiversidade, que estabelecem um percentual de 17% de áreas protegidas para cada bioma. Considerou o
495CAR como uma ferramenta importante para garantir a contribuição das Reservas Legais e APPs para o
496atingimento da meta. Além disso, o CAR possibilitará o uso das Reservas Legais e APPs para promover a
497conectividade e garantirá uma inteligência espacial para a ampliação das unidades de conservação.

498

499O Sr. **Pedro Salles (SFB/MMA)** complementou informando que o CAR servirá como subsídio para a
500definição dessas ampliações. Esclareceu que o Estado do Pará possui o cadastro desde 2008, porém não há
501certeza sobre a consistência destas informações. O SICAR está sendo construído justamente para ser uma
502ferramenta de transparência, porém as informações serão disponibilizadas apenas futuramente, pois ainda
503depende do desenvolvimento de alguns módulos.

504

505O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho (CNA)** comentou que participa do GT que trata do Código
506Florestal e, de acordo com informações passadas pelo diretor-geral do SFB, somente as informações públicas
507constantes do CAR serão disponibilizadas. Observou que no Estado do Pará a dificuldade está no
508levantamento topográfico utilizado no sistema deles, o que está gerando as inconsistências no cadastro do
509Estado.

510

511O Sr. **Pedro Salles (SFB/MMA)** informou a inclusão do mapeamento dos cadastros no entorno de UCs e
512Terras Indígenas poderá ser realizada nas próximas etapas e que existe a possibilidade de definir um
513tratamento diferenciado para estas áreas. Confirmou que o CAR não serve para comprovação fundiária. Caso
514haja algum problema, como a sobreposição com outras propriedades, a validação do cadastro é paralisada até
515que a situação fundiária esteja resolvida.

516

517O Sr. **Sávio José Barros de Mendonça (MAPA)** sugeriu a integração do CAR com o novo TerraClass do
518Cerrado, de modo a auxiliar na identificação e mapeamento de áreas degradadas. Falou da importância da
519identificação destas áreas que seriam destinadas para a restauração ou para a produção.

520

521O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** esclareceu que em breve o MMA irá

522 disponibilizar o novo TerraClass do Cerrado. A proposta é monitorar a cobertura e uso das terras no Brasil.
523 Informou que existe a pretensão de propor um plano ou estratégia nacional de monitoramento do uso e
524 cobertura das terras, juntamente com a Embrapa e o INPE. Falou da importância destas ferramentas para o
525 planejamento de uso e ocupação do território para a gestão da biodiversidade e a produção agropecuária.

526

527

5285.2 PLANAVEG - proposta de Plano Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa

529

5300 Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** apresentou a proposta de Plano Nacional para
531 Recuperação da Vegetação Nativa – PLANAVEG. Explicou sobre o processo de construção da proposta, das
532 instituições que apoiaram e informou que o documento se encontra disponível para consulta pública. Falou
533 da importância do Plano para acelerar a adequação ambiental das propriedades rurais, que prevê a
534 identificação de obstáculos, faz uma análise de fatores de sucesso, induz a identificação de áreas prioritárias,
535 facilita o acesso ao mecanismo de assistência técnica e financeira, aumenta a oferta de sementes e mudas,
536 reduz o custo total por hectares e gera renda para o pequeno, médio e grande produtor. Comentou que a
537 adequação ambiental deve ocorrer juntamente com adequação da propriedade como um todo, observando-se
538 a questão da melhoria da produtividade. Apresentou algumas estimativas de déficit de vegetação nativa e
539 informou que a estimativa utilizada no Plano é baseada em modelagem e que a mesma deve ser refinada a
540 partir das informações do CAR. O objetivo do plano é estabelecer e fortalecer as políticas, incentivos,
541 práticas e outras medidas necessárias com vistas a alcançar a recuperação e manutenção da vegetação nativa
542 em larga escala no Brasil. Explicou que o plano está organizado em três grandes categorias: motivação,
543 facilitação e implementação. Para cada uma destas categorias foram definidas características e fatores chave
544 de sucesso. Além disso, o Plano possui oito estratégias: sensibilização, sementes e mudas, mercados,
545 instituições, mecanismos financeiros, extensão rural, planejamento espacial e monitoramento e pesquisa e
546 desenvolvimento. Apresentou a estrutura do documento que se refere ao conteúdo do plano e como cada
547 estratégia está detalhada. Cada estratégia apresentará uma matriz de atividades com comentários,
548 responsabilidade, prazo e meta para cada atividade. Apresentou as possibilidades de geração de renda a partir
549 da recuperação da vegetação nativa, como produtos madeireiros e não madeireiros, serviços ambientais,
550 cotas de reserva ambiental, etc. Explicou sobre as tipologias de financiamento da recuperação com as fontes
551 de recursos, mecanismos, benefícios/mercado e canais, a exemplo do FUNBIO e BNDES. Explicou que a
552 efetividade do plano requer a sinergia e fortalecimento com estratégias como a implementação da Lei
553 12.651/2012 (CAR, PRAs, PRADAs), aumento da produtividade das pastagens e áreas agrícolas,
554 regularização fundiária e criação de mercados para produtos e serviços oriundos da recuperação da vegetação
555 nativa. Apresentou o cronograma quinquenal para a implementação do plano e explicou que o foco atual está
556 na estratégia de sementes e mudas e no planejamento espacial e monitoramento. Apresentou uma curva de
557 implementação para 20 anos, que se baseia no aumento das metas anuais com a implementação das
558 estratégias do Plano e a redução do custo da recuperação, por meio de pesquisa e desenvolvimento.
559 Apresentou os cinco modelos de recuperação utilizados, plantio total, alto enriquecimento e alta densidade,
560 baixo enriquecimento e baixa densidade, regeneração natural (com cercamento) e regeneração natural (pasto
561 abandonado), bem como os custos de implementação para três cenários.

562

5630 Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho (CNA)** perguntou se o plano estaria voltado somente para
564 propriedades rurais, pois existem muitas áreas em Unidades de Conservação e em áreas urbanas que
565 necessitam de recuperação da vegetação nativa.

566

5670 Sr. **Sávio José Barros De Mendonça (MAPA)** parabenizou o MMA pela proposta e sugeriu a inclusão da
568 inovação na questão da Pesquisa e Desenvolvimento, pois a recuperação da vegetação nativa implicará em
569 geração de tecnologia. Observou a importância de se mostrar ao produtor a oportunidade de geração de renda
570 com a recuperação da vegetação nativa. Observou que a maioria das espécies florestais madeireiras e não
571 madeireiras não possuem tecnologias de silvicultura e que a CONABIO poderia ser um indutor de pesquisas

572para gerar soluções nestas áreas, pois as tecnologias existentes se limitam a espécies como eucalipto e pinus.
573Falou da importância de se buscar estas soluções tecnológicas para atrair segmentos que investem no
574mercado financeiro para investir em recuperação florestal.

575

576A Sra. **Joênia Batista Carvalho (Coiab)** perguntou se as Terras Indígenas estão incluídas no plano.
577Informou que as comunidades indígenas têm muito interesse em participar deste tipo de programa, pelo fato
578de existirem áreas degradadas em terras indígenas passíveis de recuperação, bem como para a valorização
579das sementes tradicionais. Conclui que os indígenas podem contribuir para a disponibilidade de sementes
580nativas e com o protagonismo na proteção da vegetação nativa.

581

582O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** esclareceu que o PLANAVEG está trabalhando
583com modelos que permitem o uso de espécies exóticas, com a finalidade de garantir uma geração de receitas
584para o proprietário. Mencionou o Projeto GEF-Terrestre que prevê a promoção da recuperação de áreas
585degradadas em áreas protegidas, inclusive contemplando o manejo de espécies exóticas invasoras. Comentou
586sobre o potencial de experimentação que a recuperação da vegetação nativa pode propiciar para o
587desenvolvimento de uma silvicultura tropical, por isso a questão da integração com a pesquisa e
588desenvolvimento é fundamental. Esclareceu que o MMA está trabalhando na questão de atração de fluxos,
589especialmente de fundos de pensão, e na análise econômica da restauração, não só o custo e receita, mas
590também em termos de benefícios sociais. Comentou que o plano foi apresentado para a FUNAI e guarda
591relação com o PNGATI, esclarecendo que existe a possibilidade de geração de renda para as comunidades,
592por meio da coleta de sementes, e o desafio de recuperação em terras indígenas. Comentou que o SFB está
593trabalhando a recuperação no âmbito da concessão de florestas públicas.

594

595A Sra. **Patrícia Metzler Saraiva (MAPA)** perguntou se existia alguma previsão para a criação do Comitê
596Interministerial previsto no PLANAVEG. Questionou sobre os próximos passos da implementação do Plano,
597de modo a possibilitar uma contribuição mais efetiva do MAPA. Comentou sobre a possibilidade de uma
598apresentação do Plano ABC na próxima reunião da CONABIO, como forma de buscar sinergias com o
599PLANAVEG.

600

601O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** observou que existem quatro atores importantes
602no processo, o MMA, o MDA, que já está envolvido, principalmente na questão das terras indígenas e
603assentamentos, o Ministério da Fazenda, que está bem interessado na recuperação e o MAPA, que é
604fundamental para o processo e necessita de um maior envolvimento. Se colocou à disposição para apresentar
605a proposta, discutir e entender todas as contribuições do MAPA, a exemplo da regulamentação da produção
606de mudas e sementes.

607

608O Sr. **Sávio José Barros De Mendonça (MAPA)** sugeriu também uma apresentação sobre o Programa de
609Produção Integrada de Frutas da Embrapa, que trabalha com a questão do manejo integrado de pragas com o
610objetivo de reduzir o uso de agrotóxicos. Comentou sobre outro projeto da Embrapa que tem como objetivo a
611geração de tecnologias para a implementação do Código Florestal, em especial a produção de mudas de
612espécies nativas e a recuperação de APPs e Reservas Legais.

613

614O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** aprovou as duas apresentações propostas, pois é
615de interesse do MMA discutir assuntos e políticas que busquem uma redução dos impactos do setor
616produtivo para biodiversidade. Em seguida, passou para o último item do informe, a aprovação e
617regulamentação da Lei da Biodiversidade.

618

619

6204. **Informes (continuação)**

6214.4 **Aprovação e regulamentação da Lei da Biodiversidade**

622

623O Sr. **Rogério Magalhães (SBF/MMA)** apresentou os principais pontos da Lei nº 13.123/2015, que dispõe
624sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e
625sobre a repartição de benefícios para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Explicou os
626conceitos definidos pela lei, como o de patrimônio genético, conhecimento tradicional associado, repartição
627de benefícios, consentimento prévio informado e acesso. Apresentou uma comparação dos principais pontos
628entre a nova lei e a antiga norma, a Medida Provisória nº 2186-16/2001. Explicou que a experiência da
629medida provisória serviu como subsídio para elaboração da nova lei. Com a medida provisória havia um
630baixo protagonismo de povos e comunidades tradicionais, desestímulo à pesquisa e inovação, problemas na
631obtenção de patentes, repartição de benefícios insuficiente. A nova lei, por sua vez, garante a participação
632dos povos e comunidades tradicionais nas decisões, estabelece mecanismos e regras claras e ágeis, incentiva
633a pesquisa e inovação, estabelece a figura clara do consentimento prévio e informado e estabelece uma
634repartição de benefícios mais justa, com a criação do Programa e o Fundo Nacional de Repartição de
635Benefícios, garantindo a repartição de pelo menos 1% do lucro líquido obtido com a exploração econômica.
636Explicou os conceitos de conhecimento tradicional associado de origem identificada e não identificada, o
637qual, com o advento da lei, passou a ter a repartição de benefícios garantida por meio do Fundo de
638Repartição de Benefícios. Abordou alguns impactos esperados da nova lei, como a valorização de empresas
639que respeitam a lei, reconhecimento da importância da produção agrícola, simplificação da fiscalização,
640promoção do uso sustentável e da conservação da biodiversidade e a implementação de planos de
641desenvolvimento sustentável de povos indígenas e comunidades tradicionais.

642

643A Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo (FBOMS)** questionou sobre a repartição de benefícios sobre o produto
644final, se isto dificultaria a repartição de benefícios com as comunidades. Perguntou também se a repartição se
645daria com os povos ou comunidades e de quem seria a gestão do Fundo.

646

647O Sr. **Rogério Magalhães (SBF/MMA)** explicou que o CGEN poderá regular os mecanismos de repartição
648com povos e comunidades e que a gestão do Fundo será do Governo, porém as decisões sobre os recursos
649serão definidas em um Comitê Gestor do Fundo, o qual contará com representantes do Governo, dos povos e
650comunidades tradicionais e dos movimentos sociais.

651

652A Sra. **Joênia Batista Carvalho (Coiab)** falou da sensação de retrocesso que os povos indígenas estão
653passando com a aprovação da lei, por conta do sistema de isenções e concessões do conhecimento
654tradicional. Questionou se não haveria uma ação de inconstitucionalidade quanto à lei. Comentou que
655haveria dissonâncias entre a nova lei e a Convenção 169 da OIT e com a própria Convenção sobre
656Diversidade Biológica. Avaliou como importante a participação dos povos indígenas e comunidades
657tracionais na discussão sobre a regulamentação da lei. Considerou necessária a garantia de que os
658procedimentos de acesso ao conhecimento tradicional sejam adequados à realidade das comunidades
659indígenas.

660

661O Sr. **Rogério Magalhães (SBF/MMA)** esclareceu que serão realizadas oficinas em todo o Brasil para
662explicar a nova legislação e colher contribuições dos povos e comunidades tradicionais para a regulamentação
663da nova lei. Observou que a definição da metodologia e dos participantes das oficinas está sendo discutida
664entre o MMA e o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

665

666A Sra. **Marcia Chame (MS)** comentou que a Fiocruz tem discutido muito internamente sobre a nova lei.
667Avaliou a nova legislação como um avanço para a pesquisa e perguntou quem estaria coordenando a
668regulamentação e se haveria um cronograma. Observou que a lei traz alguns retrocessos importantes para o
669país. Um deles seria a questão do produto final e acabado. Ela explicou que, em muitos casos, uma molécula
670proveniente da biodiversidade pode não ser considerada como um produto final. Além disso, a questão do
671desenvolvimento de processos é mais importante do que o produto, e a nova lei se omite quanto aos

672processos. Observou que a diferença entre conhecimento de origem não identificada e conhecimento difuso
673não ficou clara, mas que isso poderia ser trabalhado na regulamentação. Questionou os acordos de ajustes
674setoriais, que não trazem a obrigatoriedade de consulta aos povos e comunidades tradicionais. Criticou a
675priorização dos interesses setoriais a despeito da valorização da biodiversidade como recurso para o
676desenvolvimento do país no longo prazo. Afirmou que é necessário reconhecer e proteger o conhecimento e
677lamentou a omissão da lei quanto à transferência de conhecimento que, muitas vezes, é mais importante do
678que a transferência de tecnologia. Avaliou o processo de regulamentação como uma oportunidade importante
679para negociar estas questões e capacitar microempresas e pesquisadores.

680

681O Sr. **Rogério Magalhães (SBF/MMA)** esclareceu que a Casa Civil está coordenando o processo de
682regulamentação e estaria propondo um cronograma, com previsão de uma fase de contribuições, a elaboração
683de normativas e uma fase de Consulta Pública. Considerou importante a participação de todos os setores,
684pesquisa, setor produtivo, indústrias e empresas no processo de regulamentação da lei. Se comprometeu a
685divulgar o cronograma, bem como outras informações sobre a regulamentação, para os membros da
686CONABIO.

687

688O Sr. **Lidio Coradin (SBF/MMA)** solicitou ao Sr. **Rogério Magalhães (SBF/MMA)** que enviasse as
689informações sobre a regulamentação para a Secretaria Executiva da CONABIO para que os membros tenham
690acesso ao processo.

691

692A Sra. **Marcia Chame (MS)** comentou que o Jornal Saúde fez uma discussão sobre da Lei da
693Biodiversidade ao vivo no Canal Saúde. Sugeriu que estes canais fossem usados para fomentar a discussão
694sobre a regulamentação da lei.

695

696O Sr. **Sávio José Barros de Mendonça (MAPA)** questionou se a lei prevê salvaguarda para empresas
697brasileiras e o que acontece com as espécies que tem distribuição em outros países, além do Brasil.

698

699O Sr. **Rogério Magalhães (SBF/MMA)** esclareceu que a salvaguarda se refere às espécies brasileiras e que é
700definido pelo Protocolo de Nagoya que o Brasil, assim como outros países, tem direito sobre as suas espécies
701nativas.

702

703O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** comentou que existem 27 artigos na lei que
704remetem à regulamentação. Espera-se que seja um longo processo até se resolver todas as questões.
705Observou que a lei reflete o entendimento de diferentes setores da sociedade brasileira e que o processo de
706regulamentação é uma oportunidade para a busca de entendimentos sobre vários aspectos chave na
707legislação.

708

709O Sr. **Rogério Magalhães (SBF/MMA)** esclareceu que em relação à primeira minuta da lei elaborada pelo
710MMA houve muitas alterações, e que o mais importante foi assegurar que a lei fosse aplicável.

711

712O Sr. **Sávio José Barros de Mendonça (MAPA)** questionou se a lei já está sendo aplicada ou é necessário
713esperar a regulamentação.

714

715O Sr. **Rogério Magalhães (SBF/MMA)** esclareceu que é necessário esperar a regulamentação, em especial a
716regulamentação referente à estrutura do departamento responsável pelo CGEN.

717

718

719**6. Encerramento**

720

721O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (SBF/MMA)** esclareceu que o último item do informe não

722seria tratado, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

723

724

725Brasília, 25 de junho de 2015.